

As mulheres no movimento anarquista em Porto Alegre na Primeira República (1889-1930)

*Nicole Angélica Schneider*¹

Introdução

Com o fim da escravidão e com a política da nova república de embranqueamento, foi incentivadas ondas migratórias vindas da Europa no final do século XIX para início do século XX. Esta mão-de-obra nova, chegou nos navios e uma parcela foi direto para as linhas de montagem nas fábricas das cidades efervescentes brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Nesta mão-de-obra, além dos homens, as mulheres das classes baixas também encararam o trabalho fora de casa a fim de contribuírem para a renda familiar. Como não havia onde ou com quem deixar seus filhos, ou até por necessidade de contribuir financeiramente, as crianças iam juntas e trabalhavam como aprendizes ou recebendo pequenas remunerações. A mulher branca então se vê em uma múltiplas jornadas, cuidando de seus filhos e da casa, sendo explorada pelos maridos dentro de suas residências e nas fábricas, pelos patrões (SAFFIOTI, 1969).

Junto com a força de trabalho, atravessou o Atlântico novas ideias, que já estavam perdendo forças no território europeu. Muitos intelectuais e profissionais saíram da Europa em exílio contra governos autoritários. Estes, viram no novo ambiente de

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Pelotas.

trabalho brasileiro um campo próspero, desta maneira, contribuindo fortemente com o movimento operário nessas cidades. Entre essas ideias, estava os ideais anarquistas. Paulo Sérgio Pinheiro (1997) escreve sobre o movimento: “Enquanto que na Europa o anarquismo se isola progressivamente do movimento operário a partir de 1880, no Brasil o anarco-sindicalismo constituirá a corrente mais importante do movimento operário durante 30 anos” (p. 149).

Para envolver a maior parte de trabalhadores no movimento de resistência, buscando que se rebelassem contra seus patrões, foi utilizada a mídia impressa, a educação libertária e o teatro, principais ferramentas de divulgação ideológica anarquista, ideias anticlericais e antirreligiosas.

Para os sindicalistas revolucionários era preciso organizar o movimento apoiado sobre três princípios: propaganda, educação e rebelião, por meio da organização de eventos culturais, produção de folhetos, jornais, revistas e outros materiais impressos, para que os operários se engajassem na luta pela liberdade (MARQUES, 2012, p. 857).

Ainda segundo Carlos Marques (2012):

O movimento anarquista, além de incentivar a luta do operariado contra a exploração capitalista, tinha outro objetivo, a propaganda de seu ideário e de uma moral não contaminada pelos dogmas da Igreja, do Estado e da moral burguesa. [...] A imprensa operária era o principal meio de expressão utilizado pelos líderes do movimento operário durante a Primeira República brasileira, não somente como porta-voz dos trabalhadores, mas também desempenhado um importante papel de educação e divulgação dos ideais libertários (pp. 858 e 859).

Sabe-se que as mulheres fizeram parte direta nos protestos puxados pelo movimento operário e foram ativas durante as Greves Gerais de 1906 e 1917, inclusive para amenizar o impacto

diante do público porto alegreense, diante do qual, a mulher ainda significava passividade (BILHÃO, 2016).

Entre os intelectuais anarquistas refugiados europeus, haviam mulheres exiladas ou filhas de exilados, essas recebiam educação e tinham a mesma capacidade de comunicação que a masculina. Muitas viam nisto a oportunidade de trabalhar fora de casa, frequentando as ruas e locais públicos. E é na posição de educadoras, leitoras e escritoras que são capazes de tornarem-se intelectuais e contribuir para a causa anarcossindicalista. Como afirma Benito Bisso Schmidt (1998) ao citar a participação e ação de Maria Lacerda de Moura, Agostina Guizzardi e Laura Brandão no movimento operário anarquista: “Professoras, escritoras e militantes... estas mulheres não foram apenas ‘companheiras’, mas ativas participantes das lutas dos trabalhadores brasileiros” (p. 1464).

Segundo Isabel Bilhão (2005), baseada em Joan Scott, a participação da mulher no mundo do trabalho "está longe de poder ser considerada igualitária". Assim, constituindo uma identidade operária majoritariamente masculina. Além disso, as mulheres normalmente ficavam nos trabalhos mais precários, sem especificações devido a pouca educação que as mulheres recebiam e tinham direito, o que tornava mais fácil sua substituição, desta forma se afastando dos riscos que poderiam levar a demissão. Mesmo no movimento operário anarquista, onde há pretensões revolucionárias, tanto em Porto Alegre, como no mundo por onde ele passou, a participação e até a inclusão das mulheres na luta e no pós-luta são restritas. O movimento com uma identidade tão masculina reservava o espaço doméstico para as mulheres “[...] se a participação feminina muitas vezes era vista com restrição no meio operário, por outro lado havia uma quase unanimidade em defesa da educação das mulheres, que viria a se refletir na formação emancipadora dos ‘homens do futuro’” (BILHÃO, 2005, p. 121).

A mulher é colocada como as que tem o poder de persuadir seus maridos, filhos, irmãos da tentação do conformismo e

colocarmos diante da luta contra o capital que os explora (ARAVANIS, 1999).

O que a mulher não há de permitir, porém, é que o capitalista lhe empregue as forças em tão elevado grau como as do homem e lhe dê menos salário; o que não há de permitir a mulher é que o homem se mantenha na folgança e nos vícios que traz consigo, confiando na exploração dela; o que ela não há de permitir é que pelos livros e jornais passe o seu nome como o mais digno, exaltando-a os poetas, levantando-lhe monumentos os escultores e embelezando-a os pintores, quer dizer, ajudar a glória dos homens que lhe entoam *gloria in excelsis dei* e sem embargo lhe negam todo o sentimento, toda a instrução; a separem de toda a cooperação tendente a arranjar assuntos só dela dependentes, a explorem, a prostituam, a arrastem pelo lodaçal do mundo e a submerjam num caos de desesperação (A LUTA, 1907, p. 2).

Porém, houve mulheres que ousaram mais. Luce Fabbri (1908-2000), italiana exilada no Uruguai, com influência anarquista vinda de seu pai², lutou contra o fascismo na Itália e depois se opôs a ditadura uruguaia, publicava em jornais libertários no país vizinho, o que permaneceu fazendo no jornal *Opción Libertária*³ até a ano de sua morte. Já em território brasileiro, Maria Lacerda de Moura (1887-1945), anarquista minerária, recebeu educação libertária e na década de 10 começa a lançar livros que faziam severas críticas a religião, sociedade, capital e amor (RAGO, 1997).

No Rio Grande do Sul sabesse de Espertirina Martins (1902-1942), nascida em Lajeado/RS, que ficou conhecida pelo seu buquê recheado de dinamite aos 15 anos, era cunhada de Djalma Fettermann, responsável pela redação do jornal *A Luta* durante a Greve Geral de 1917, Espertirina participava das impressões e

² Luigi Fabbri (1877-1935) foi anarquista italiano, escritor, agitador e propagandista. Saiu do seu país após ser acusado de derrotismo na Primeira Guerra Mundial.

³ Alguns periódicos estão disponíveis no site: <https://archivolucefabbri.wordpress.com/opcion-libertaria/>.

distribuição dos jornais do seu outro cunhado Zenon de Almeida em Rio Grande/RS (MARÇAL, 1995, p. 108). Anna Libonati Avenna foi uma italiana que trabalhou junto ao seu marido médico na Primeira Guerra Mundial, tramou em Porto Alegre a primeira tentativa de organizar sindicalmente os rodoviários. Escreveu em 1926 no O Automobilista, foi professora no Colégio Voluntários da Pátria e colaborou no Correio do Povo. Se destacou como teatróloga com as peças Um Casamento Gorado e Miséria e Nobreza. (MARÇAL, 1995, pp. 43- 44)

Em Encruzilhada do Sul/RS, nasceu Malvina Tavares, de família francesa, virou professora libertária e laica e poetisa. Estabeleceu em Cruzeiro do Sul/RS uma escola nos moldes de Francisco Ferrer. (MARÇAL, 1995, pp. 141 - 142) Deu aula para futuros líderes do movimento como a própria Espertirina Martins, Cecílio Vilar e Nino Martins. Outra professora libertária e diretora da Escola Moderna de Porto Alegre foi Dorvalina Martins Ribas. (MARÇAL, 1995, p. 143-145). Alayde L. Campos escreveu no O Syndicalista em 1925: “Quero viver não como escrava, mas sim como parte integral da humanidade, investigando a ciência e a verdade”.⁴

Diante da existência e resistência destas mulheres, este trabalho é uma proposta de pesquisa que visa expandir os estudos sobre as mulheres no movimento anarcossindicalista que aconteceu na capital do Rio Grande do Sul durante a Primeira República. Mesmo diante de todo o conservadorismo social e do próprio movimento, mulheres resistiram e junto com a abertura provocada pelo início de um novo século, alcançaram lugares que antes eram impensáveis.

Mulheres na história

Desde os anos 60 e 70, o silenciamento das mulheres na construção da História vem sendo quebrado por diversas pesquisas

⁴ CAMPOS, A. L. Minha Rebelião. O *Syndicalista*, Porto Alegre, p.01, n.08, ano VII, 31 out. 1925.

sobre o papel destas nas relações e acontecimentos passados. Visto que as opressões sistemáticas são sentidas diferentemente entre homens e mulheres, torna-se importante o olhar de uma pesquisadora sobre suas antepassadas do passado, contando sua própria história. Como escreveu uma das principais pesquisadoras de mulheres:

A conexão entre a história das mulheres e a política é ao mesmo tempo óbvia e complexa. Em uma das narrativas convencionais das origens deste campo, a política feminista é o campo de partida. Esses relatos situam a origem do campo na década de 60, quando as ativistas feministas reivindicavam uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação. Foi dito que as feministas acadêmicas responderam ao chamado de “sua” história e dirigiram sua erudição para uma atividade política mais ampla (...) (SCOTT, 1992, p. 64).

O movimento operário da Primeira República vem sendo trabalhado por diversos pesquisadores. O mesmo acontece com a influência e participação anarquista no decorrer dos acontecimentos do período. Trabalhos como de Isabel Aparecida Bilhão, mostram as mulheres anarquistas de Porto Alegre no espaço da educação libertária e faz reflexões que contribuem para o tema e para esta pesquisa.

Mais atualmente pesquisadoras como Angela M. R. Martins, Mariana Affonso Penna e Livia Olivetti, além da consolidada Margareth Rago, realizam trabalhos que buscam contar quem eram as mulheres anarquistas e como eram representadas no movimento anarcossindicalista brasileiro. A obra “A Mulher é uma Degenerada”⁵ de Maria Lacerda de Moura foi reeditado e lançado em versão comentada em 2018.

Diante disto, torna-se objetivo desta proposta de pesquisa analisar a participação das mulheres no movimento anarquista,

⁵ MOURA, Maria Lacerda de. **A mulher é uma degenerada**. Tenda de Livros, 2018, 320p.

elas como escritoras libertárias através dos periódicos anarquistas em Porto Alegre/RS na Primeira República. Compreender quem eram estas mulheres, seus locais de atuação dentro da organização do movimento operário e anarquista, investigar quais eram os assuntos que mais interessava à elas e apontar como eram recebidas e tratadas pelo público e pelo próprio grupo anarcossindicalista.

Mulheres operárias e anarquistas

A condição das mulheres nas fábricas era extremamente precária. Foram sujeitadas até dezesseis horas diárias de trabalho, com salários miseráveis, necessitavam fazer as refeições entre as máquinas imundas. Abusos sexuais e estupros sofridos pelos mestres e contramestres eram comuns. Todas as situações eram aceitas pelos patrões e sem leis devidas para protegê-las (SANTOS, 2015).

Rebelar-se contra todas as opressões e diretamente contra quem as executava, foi à maneira encontrada dessas mulheres de sobreviverem aos seus cotidianos violentos. Então se juntam ao movimento operário, indo de acordo com seus pensamentos. Com o objetivo de mudarem o rumo de suas vidas e de tantas outras, “elas revoltaram-se contra mestres, enfrentaram a polícia, escreveram jornais e levaram para as ruas as reivindicações originárias de sua ambígua situação de classe explorada e sexo subordinado” (JUNHO, 1983, p. 12).

As mulheres da aristocracia cafeeira e das camadas médias irão difundir ideias sobre a emancipação da mulher através da educação e da extensão dos direitos, como o de voto (feminismo liberal). Nas classes populares, são as operárias anarquistas que “colocam em questão o lugar tradicionalmente designado à mulher, reivindicando o direito à educação, ao trabalho e a participação no mundo público em igualdade de condições com os homens” (RAGO apud SANTOS, 2015, p. 260).

Muitas destas mulheres brancas operárias se juntam ao movimento anarquista. Este juntaram-se ao movimento sindical e operário, contribuindo com seu conceito de ação direta (RIBAS, 2014). Desde os tempos na Europa, os anarquistas usavam a mídia impressa para divulgar suas ideias. No Brasil e no movimento operário, eles incluíram está prática para divulgar além das ideias anarquistas, a luta pelos direitos trabalhistas do movimento operário.

No Brasil, poucas décadas após o final da monarquia e da escravidão, educadores e divulgadores do ensino racionalista, como Polydoro dos Santos, em Porto Alegre [...], ocuparam grande quantidade de páginas da imprensa militante para defender essa proposta pedagógica, colocando-se frontalmente contra o pensamento católico e em defesa de uma nova forma de ensino que rompesse com sua visão de mundo. Os jornais [...] são alguns dos exemplos de veículos [...] (BILHÃO, 2016, p. 177).

Diante disso, as mulheres tomam os mesmos meios para reivindicarem pelo fim da opressão masculina e melhores condições de trabalho. No periódico *A Plebe*, Ana Claudia Ribas (2014) percebe a relação entre a participação política feminina representando a sua emancipação da dependência masculina, apresentando-se favorável à luta das sufragistas.

O anarquismo tornava-se grande palco para discussões sobre o que foi chamado de “Questão Feminina”, debates a respeito de sua independência em relação aos homens, assim como, sobre a participação efetiva da mulher no espaço público e nos espaços políticos. Elas eram, desta forma, consideradas elementos essenciais nos projetos para a implementação da revolução social. Neste sentido, várias militantes se dedicaram a escrever para a imprensa libertária defendendo seus posicionamentos políticos. Um dos espaços para publicação de suas ideias foi o jornal de propaganda *A Plebe*, que veiculava textos com o intuito de estimular leitores e leitoras deste periódico a ingressarem na militância pelo anarquismo (RIBAS, 2014, p. 2).

A sexualidade também era posta em debate pelas mulheres nos jornais. Sem os conceitos de moralidade cristã e o machismo, artigos sobre sexo, sexualidade e desejo sexual faziam parte dos assuntos trabalhados nos periódicos libertários. Marisa Fernandes (2003), ao trabalhar com o periódico *A Lanterna*, percebe a representação neste assunto:

Muitas páginas da imprensa anarquista revelaram a movimentação das mulheres e como se articularam, no combate ao preconceito, na conquista de direitos e igualdade e na constituição de novos vínculos sociais. Demonstraram sua resistência e desejaram ser reconhecidas com mais dignidade, ampliando os espaços das discussões sobre as questões femininas e sexuais (p. 266).

É importante também destacar a singularidade de cada elemento envolvido, pois o movimento operário, como os jornais envolvidos neste, são constituídos por indivíduos em seus cotidianos, mulheres no início das jornadas em dois espaços, público e privado. E isso deve ser considerado no momento em que se questiona uma outra atividade para o cotidiano já sobrecarregado feminino, que seria sua participação na produção e escrita de um jornal libertário.

No uso da imagem como fonte, em diversos artigos escritos por homens é possível interpretar as imagens com a representação das mulheres na própria Anarquia, vitoriosa, “[...] destruindo as forças burguesas, [...] conduzindo as massas para ao mundo anarquista” (GAWRYSZESKI, 2009, p. 359). A mulher é desenhada dentro do imaginário social de pacífica para configurar o objetivo libertário de acabar com os conflitos entre todos, harmonizando as relações humanas.

Não obstante a colaboração da mulher na imprensa anarquista fosse significativa, o mundo masculino a incorporava ao espaço público apenas como companheira, operária, revolucionária e não

como feminista. Enquanto as comportadas feministas lutavam pela inclusão política sem fazer acusações e denúncias aos homens, as anarquistas dirigiam seus petardos contra a opressão, exploração e dominação patronal, apontando o capitalismo como o grande responsável (RIZZO; MINARDI, 2012, p. 15).

Isabel A. Bilhão (1996), ao investigar a relação da família de Espertirina Martins, Zenon de Almeida e Djalma Fettermann, percebe que dentro da relação libertária:

[...]o indivíduo não está isolado mas, ao contrário, liga-se a uma comunidade por uma série de laços de afeto, de costumes cotidianos, de ações. Acredito que são exatamente essas ligações afetivas e essas ações solidárias, por muito tempo esquecidas pela lógica da modernidade - que privilegia uma abordagem econômica, um projeto político e a atomização individual" - que impulsionam as utopias presentes no movimento operário (p. 208).

O ideal libertário vai além do movimento, ele está na vivência dos seus personagens, na relação com os outros e dentro das famílias. A solidariedade na construção de uma relação libertária se torna fundamental para fortalecer os laços entre os indivíduos no cotidiano e tornar o movimento bem sucedido.

Periódicos anarquistas como fontes principais

No Rio Grande do Sul, a imprensa alternativa foi difundida em 1892, “[...] fenômeno que acompanh[ou] as transformações políticas e sociais no estado [...]” (MARÇAL, 2011, p. 26). Em Porto Alegre, alguns dos periódicos que tornaram-se veículos anarquistas era *A Luta*, *Lúcifer*, *A vor do trabalhador*, *Revista Liberal* e *O Sindicalista*. Eles não tinha padrão de impressão, tanto nas páginas como na sequência, devido a forma independente de sua produção. Sem financiamento, eram feitos quando havia condições financeiras e sociais, maquinário, tinta e material (BILHÃO, 2016).

Atualmente os periódicos do *A Luta*, *A voz do trabalhador*, *Revista Liberal* e *O Syndicalista*, como a documentação da Federação Operária do Rio Grande do Sul e Congressos Operários estão arquivados e disponíveis para pesquisa na Coleção Processo de Industrialização do Rio Grande do Sul (1889-1945) e movimento operário em Porto Alegre, localizado no Núcleo de Pesquisa Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NPH/UFRGS). No mesmo acervo é possível encontrar outros jornais de circulação popular pela capital gaúcha como a *Gazetinha*, *A Democracia*, *Correio do Povo*, *O Independente*, *Avante*, *Petit Journal* e *A Federação*. A *Revista Liberal* também pode ser encontrada no Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul. Os periódicos de *Lúcifer* encontram-se no Museu de Comunicação Hipólito José de Costa, em Porto Alegre.

Pelo nível de conservação e grande quantidade de informação que carregam, os periódicos e jornais se tornam as primeiras fontes fundamentais para penetrar no movimento. Estes são documentos que preservam a história impressa. Ideias, convocações, posições políticas e opiniões pessoais ficaram gravados em suas páginas. Le Goff (1990) disserta sobre a importância da fonte escrita e a importância de analisar minuciosamente o documento e todos os fatores sociais, financeiros e históricos que perpassaram a produção desta mídia.

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (p. 545).

O periódico anarquista tem sua função e posição política bem declarados, entretanto, sua construção é colaborativa e livre, tendo diversos autores, que apesar de se posicionarem de acordo com o impresso, tem suas singularidades. O masculino e o feminino tem maneiras diferentes de se comunicarem, devido a educação que no início do século XX eram visivelmente diferentes, determinados pelos imaginários sociais de gênero. Estes elementos devem ser analisados em jornais como estes. O documento fala muito mais do que apenas o que está impresso.

Para a análise do documento e, principalmente, de seu conteúdo, a Análise de Discurso se torna necessária. Nesta, o objetivo é compreender os sentidos emergentes nos símbolos da linguagem. A função da análise é compreender a visão e interpretação de alguém sobre algo. Eni. P. Orlandi (2001) explica:

[...] Essa nova prática de leitura, que é discursiva, consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária [...] (p. 34).

O autor do discurso, que está inserido em uma cultura e tem sua posição no contexto histórico-social, tem a função de, através da linguagem, escrever sobre a posição que ocupa, da ordem da qual faz parte, assumindo a responsabilidade de porta voz dos seus iguais (ORLANDI, 2001). Portanto, o discurso feminino, se constitui de maneira diferente do masculino, principalmente quando o assunto é referente a direitos trabalhistas e revolução social.

Para a melhor compreensão do interdiscurso, o analista deve historicizar o texto, colocar o texto e relacioná-lo com o mundo no qual ele foi feito, visto que existe uma relação real e estreita. E como produto da análise, temos a “[...] compreensão dos processos de produção de sentidos e de constituição dos sujeitos em suas posições” (ORLANDI, 2001, p. 72). E, além disso, devemos observar

as condições da produção e a utilização da memória de maneira a contribuírem nos sentidos do discurso. Com o olhar sobre estes aspectos, o analista consegue encontrar os seus efeitos na impressão (ORLANDI, 2001).

Além de tudo que está transparente no que está escrito, há elementos de interpretação no que não está escrito, sendo também necessário analisar esse comportamento. Ao sentido que ele não dá as palavras e as coisas que ele não escreve. É necessário “[...] dar visibilidade a esse espaço através da análise baseada nos conceitos discursivos e em seus procedimentos de análise [...]” (ORLANDI, 2001, p. 85).

Sobre o uso de periódicos como fonte, Tania Regina de Luca (2008), destaca a importância de se atentar aos novos assuntos trazidos por esta mídia operária:

Quando, sob o influxo das renovações da disciplina, a atenção ampliou-se para além do movimento organizado com o acréscimo de questões sobre género, etnia, raça, identidade, modos de vida, experiências e práticas políticas cotidianas, formas de lazer e sociabilidade, produção teatral e literária, a imprensa operária continuou a ser um manancial imprescindível, ao lado dos depoimentos orais, das fontes judiciais e dos arquivos policiais, [...] (pp.119 - 120).

Esta imprensa é constituída por “[...] empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretendem difundir a partir da palavra escrita” (LUCA, 2008, p. 140). O seu conteúdo era feito por colaboradores que enviam artigos e cartas de leitores, não possuindo empregados fixos. Os periódicos anarquistas eram feitos de acordo com a condição financeira, que era regulada pela liberdade de contribuição. Saber quem eram as pessoas que contribuíam para a impressão das cópias, pode significar para quem o feito era importante e beneficiária (BILHÃO, 2015). É preciso atentar

também a sequência e circulação do jornais, tendo em mente o público leitor, que neste caso era os operários e as operárias porto-alegrenses. Como as edições chegavam nas mãos de seu público alvo, onde era a distribuição? E quem produzia os artigos publicados, quem eram essas pessoas? Estas perguntas devem ser feitas aos documentos e suas respostas constroem para a melhor compreensão dos jornais.

Algumas considerações

Sendo um projeto de pesquisa, ainda não tem fontes examinadas e resultados coletados, todavia o referencial contribui para a estruturação de objetivos e métodos. Porém é possível perceber com essa rápida análise bibliográfica, que os assuntos femininos e masculinos nos periódicos são diferentes, incluindo suas representações sobre o feminino. Enquanto que Maria Lacerda de Moura escreve sobre amor livre e sexualidade e Espertirina ataca os brigadianos com dinamite, nos periódicos, em artigos escritos por homens, as mulheres são colocadas como pacificadoras e harmoniosas.

A importância de dar voz àquelas mulheres, é buscar tornar a história mais próxima delas e de suas marcas. Diante de análises assim, os periódicos confirmam-se como ótimas fontes para interpretações iniciais de escrita e representação. Perante as assinaturas dos colaboradores e dos assuntos dos artigos, percebesse o lugar de fala do escritor ou escritora.

Ressaltar mulheres pensantes e autônomas na primeira parte do século XX, além de dar mais força a representação feminina na luta operária da época, contribui para fortalecer o empoderamento feminino nos anos atuais e referências emancipadoras para inspirar mais mulheres a saírem de seus espaços de conforto.

Referências

- ARAVANIS, E.. Apresentando um Banco de Dados: imprensa anarquista, homens e mulheres na cidade de Porto Alegre (1908-1930). Canoas: **Textura**, n. 1, pp. 29-36, 1999.
- BILHÃO, I. Entre bombas de dinamite e ramalhetes de flores: interfaces das identidades operária e de gênero na Porto Alegre na virada para o século XX. **MÉTIS: história & cultura**, v. 4, n. 7, pp. 107-132, 2005.
- BILHÃO, I. Família e movimento operário: A anarquia dentro de casa. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 22, n. 2, pp. 195-210, 1996.
- BILHÃO, I. “Informar” para “formar”: reflexões sobre imprensa e militância no mundo do trabalho brasileiro na Primeira República. **Cadernos de História**, v. 16, n. 24, pp. 135-156, 2015.
- BILHÃO, I. Imprensa e educação operária: análise da difusão do ensino racionalista em jornais anarquistas brasileiros (1900-1920). **Educação Unisinos**, v. 20, n. 2, pp.176-184, 2016.
- FERNANDES, M.. Imprensa Anarquista E Sexualidade. **Cad. AEL**, v.10, n.18/19, pp. 261-282, 2003.
- GAWRYSZESKI A.. A representação visual da justiça nos periódicos anarquistas (1901-1927). *In*: **Anais do II Encontro Nacional de Estudos da Imagem**, Londrina, 2009.
- JUNHO, M. V. P.. **A Participação Feminina no Movimento Operário da Primeira República**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas e Fundação Ford, 1983.
- LE GOFF, J.. Documento/Monumento. *In*: **História e Memória**. Campinas, Editora UNICAMP, 1990, Pp. 535- 549.
- LUCA, T. R.. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2ª Ed., 2008, Pp. 111-153.
- MARÇAL, D. de S.. **O caminho da liberdade é a própria liberdade**: A revista Liberal e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1921-1923). Porto Alegre, 2011. [Trabalho de Conclusão de Curso]

- MARÇAL, J. B.. **Os anarquistas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Unidade Editorial. 1995.
- MARQUES, C.. A imprensa libertária o jornalismo operário e resistência anarquista na primeira década do século XX. **Antíteses**, v. 5, n. 10, pp. 855-864, 2012.
- PINHEIRO, P. S.. O proletariado industrial na primeira república. In: FAUSTO, Boris (org). **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2001.
- RAGO, M.. A liberdade entre a utopia e a história: Luce Fabbri e o anarquismo na América do Sul. **Cadernos Pagu**, v. 8, n. 9, pp. 279-317, 1997.
- RIBAS, A. C.. “A questão feminina” nas páginas Libertárias: propaganda e emancipação feminina nas páginas do jornal anarquista *A Plebe* (1917-1935). *In: Anais do XV Encontro Estadual de História*. Florianópolis, 2014.
- RIZZO, E.; MINARDI, I. M. Atuação da mulher libertária no trabalho, no jornalismo, na arte e na cultura. *In: Anais do XXI Encontro Estadual de História*. Campinhas, 2012.
- SAFFIOTI, H.. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Livraria Quatro Artes Editora. 1969.
- SCHMIDT, B. B.. “Companheiras!”: As Mulheres e o Movimento Operário Brasileiro (1889-1930). Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo Insular de Gran Canaria **XIII. Coloquio de Historia Canario-Americana**, VIII Congreso Internacional de Historia de América (AEA), Coloquio 13, pp. 1458-1469, 1998.
- SANTOS, R. P.. “Nascem As Rosas Entre Os Espinhos”: a participação da mulher no movimento operário no Brasil e na Argentina. **Caderno Espaço Feminino**, v. 28, n. 1, pp. 253-271, 2015.
- SCOTT, J.. História das mulheres. In: BURKE, P. (org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, pp. 63-95, 1992.